

NOTAS SOBRE ECONOMIA DA CULTURA

Carmen Lucia Castro Lima * ¹
César de Oliveira Franca * ²
João Paulo Rodrigues Matta * ³

RESUMO

Ao longo do século XX, os campos da cultura e da economia parecem ter selado uma aproximação irreversível. Isto se deu, inicialmente, com a consolidação da importância socioeconômica das indústrias culturais. Mais recentemente, tal fenômeno foi reforçado com o advento da sociedade da informação. O crescimento da preocupação dos estudiosos com a relação entre economia e cultura está associado, portanto, à compreensão de que o âmbito da cultura é um foco central de interesse na contemporaneidade. A sub-disciplina economia da cultura surgiu na década de sessenta a fim de investigar tal problemática. O objetivo deste artigo é apresentar um breve painel histórico-conceitual da economia da cultura, mostrando sua importância e desafios a serem enfrentados para sua evolução.

Palavras-chave: cultura, economia, economia da cultura, indústrias culturais, sociedade da informação.

1. Introdução

Ao longo do século XX, os campos da cultura e da economia tiveram uma aproximação crescente, impulsionada pelo progresso científico e tecnológico proporcionado pela Revolução Industrial. Isto se deu, inicialmente, com a consolidação da importância socioeconômica do cinema e das demais indústrias culturais. Mais recentemente, tal fenômeno foi reforçado com o advento da sociedade da informação, trazendo novas mídias e intensificando a demanda por produtos e serviços culturais. Além disso, no atual estágio do capitalismo, as especificidades culturais cada vez mais são vistas como fatores intangíveis de produção e formação humana da maior relevância.

O crescimento da preocupação dos economistas com as questões resultantes da relação entre economia e cultura está associado, portanto, ao entendimento de que o âmbito da cultura é um foco central de interesse no capitalismo atual. A economia da cultura começa a ser desenvolvida, a partir da década de sessenta, com o intuito de investigar tais problemáticas. O objetivo deste artigo é apresentar um breve painel

* Os autores compõem o GEPEC - Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia da Cultura.

¹ Doutoranda em Cultura e Sociedade – FACOM/UFBA; e-mail: lima-carmen@uol.com.br.

² Mestrando em Cultura e Sociedade – FACOM/UFBA; e-mail: cofranca1@yahoo.com.br.

³ Doutorando em Cultura e Sociedade – FACOM/UFBA; e-mail: jpmatta@terra.com.br.

histórico-conceitual da economia da cultura, mostrando sua importância e desafios a serem enfrentados para sua evolução.

Além desta introdução, esse texto está subdividido em mais cinco partes. A segunda parte aborda a situação atual da relação entre economia e cultura na atualidade, além de apresentar o conceito de economia da cultura. Em seguida, discute-se sobre as ideias e contribuições que antecederam ao advento da economia da cultura na Ciência Econômica. Na quarta parte, apresenta-se o marco analítico da economia da cultura, bem como sua evolução mais recente. Na sequência, aprofundam-se mais algumas questões a respeito da teoria da relação entre Economia e Cultura. Encerra-se com algumas reflexões metodológicas e sobre a agenda de pesquisa da economia da cultura.

2. A Economia e a Cultura no Capitalismo Atual

No início do século XXI, o mundo vive uma era marcada pela crescente convergência entre os fatores culturais e a dinâmica socioeconômica. Num contexto em que prevalece e avança uma sociedade capitalista; as principais atividades estão integradas pelas novas tecnologias da informação e comunicação e a informação circula em redes eletrônicas.

Como discute Cocco e Negri (2006), a economia como um todo depende cada vez mais das dimensões culturais. No capitalismo globalizado a dimensão cultural está no trabalho que se transforma em intelectual e criativo, ou seja, imaterial.

As atividades culturais vêm apresentando um significativo impacto sócio-produtivo. Em primeiro lugar, como fonte de emprego: as atividades relacionadas com o patrimônio cultural, do mesmo modo que os produtos e as indústrias com conteúdo cultural, criam, direta e indiretamente, emprego⁴. Além disso, os efeitos das especificidades culturais enquanto fatores intangíveis de competitividade das empresas e das nações são motivos de interesse crescente. Portanto, o papel da cultura na economia tem sido cada vez mais relevante, o que traz uma complexa agenda de questões a serem investigadas.

⁴ Não há ainda informações homogêneas sobre a relação entre a cultura e a criação de emprego ao nível regional; ainda faltam estudos e dados relativos. Apesar disso, Bentley (2004) informa que se, há cem anos, menos de 10% das pessoas trabalhavam no setor criativo da economia, em 1950, este percentual subiu para 15% e, nas duas últimas décadas, houve uma explosão e hoje cerca de 30% dos trabalhadores das nações industriais avançadas encontram-se no setor criativo.

A importância da cultura no âmbito econômico já pôde ser observado, durante todo o Século XX, com o crescimento das denominadas “indústrias culturais”⁵. Indústria cultural é o nome genérico que se dá ao conjunto de empresas e instituições cuja principal atividade econômica é a produção de cultura, com fins lucrativos e mercantis. Ao longo do referido século, o avanço tecnológico impulsionou a mercantilização da cultura, com uma interpenetração crescente entre as artes e as indústrias (ALMEIDA, 2005).

Durante os anos noventa a estrutura das indústrias culturais modificou-se de forma significativa com as novas tecnologias digitais. Tais atividades passaram por novo e acentuado processo de concentração, resultando na formação de grandes conglomerados, como a AOL-Time Warner e a NBC-Universal. Este crescimento vem sendo considerado um novo oligopólio global comparado ao setor automobilístico no início do Século XX (unesco.org.br). Segundo Moraes (2004), a mídia global está sob o controle de duas dezenas de conglomerados, com receitas entre US\$ 8 bilhões e US\$ 40 bilhões.

Esta dinâmica evolutiva das indústrias culturais tem levado seus agentes a rever e flexibilizar a produção. Na verdade, o setor se destaca como um motor fundamental de desenvolvimento e difusão das relações pós-fordistas de produção. Após a Segunda Guerra Mundial, Hollywood já fora pioneira na utilização de sistemas modulares de produção, formatados projeto a projeto. Hoje a busca da flexibilização produtiva se tornou uma tônica dentre as vertentes mais dinâmicas da indústria de entretenimento e da economia em geral. Com o cenário competitivo global nesses segmentos levando a micro-segmentação dos mercados, os grandes oligopólios se miram na obtenção de economias de escala com escopo (CANTERLE *apud* MATTA, 2004, PIMENTA E SECCO, 2005)⁶.

Nos últimos anos, com o desenvolvimento da micro-informática e das telecomunicações, houve uma significativa modificação no processo produtivo da indústria cultural. Com a crescente difusão de produtos culturais (livros, músicas, filmes) através de mídias digitais, competindo e tomando mercado de suportes mais tradicionais.

⁵ O termo indústria cultural foi cunhado pelos teóricos da Escola de Frankfurt Theodor Adorno e Max Horkheimer no livro *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO;HORKHEIMER, 1985).

⁶ A obtenção de ganhos de escala – redução de custo devido a um aumento do volume de produção- com escopo - reduções nos custos médios derivadas da produção conjunta de bens distintos- visa ganhar a competição por um número cada vez mais diversificado de segmentos de mercado, flexibilizando a produção de modo a atender melhor suas demandas específicas.

Como consequência da multiplicação e propagação das mídias digitais tem crescido o debate em torno da relevância ou não das normas de proteção a propriedade intelectual. De um lado, há quem defenda o caráter fundamental da proteção da propriedade intelectual, diante de seu valor crescente na “era da criatividade”. Por outro, há uma corrente que defende que os direitos autorais devem ser minimizados ou até mesmo eliminados na nova ordem global. Em defesa da adoção do conceito de *copyleft* (em oposição ao de *copyright*), tal corrente se justifica amparando-se em dois argumentos: i) a circulação de bens intelectuais deve ser irrestrita e a mais ampla possível, inclusive para estímulo da diversidade cultural; ii) a facilitação trazida pelas novas tecnologias à produção/distribuição de bens culturais implica na quase total impossibilidade de controle do uso de obras no ambiente digital, daí a necessidade da flexibilização e/ou relativização do instituto da propriedade intelectual, que supostamente inibiria o acesso universal à cultura.⁷

Outro fenômeno observado no capitalismo atual é a culturalização da mercadoria. Trata-se da integração da cultura no processo produtivo, isto é, o incremento do valor cultural – estético, espiritual, social ou simbólico - incorporado aos bens duráveis e não duráveis de consumo (ALMEIDA, 2005). A cultura "gera valor", gera diferencial porque o que é incorporado aos produtos são formas de vida: estilos, preferências, status, subjetividades, informações, normas de consumo. Assim, a mercadoria precisa ser dotada de valor cultural (COCCO; NEGRI, 2006).

Na virada do milênio, destaca-se a definição de indústrias criativas, estendidas como as atividades que se originam da criatividade, habilidade e talento individuais, têm potencial para gerar riqueza e emprego e exploram a propriedade intelectual. A definição abarca atividades como as artes performáticas, artes visuais, literatura, museus, galerias, arquivos e preservação de patrimônio, assim como outras com forte valor agregado pelo design como propaganda e publicidade, arquitetura, *web* e *software*, gráfico e moda, além das mídias em seus diversos formatos: radiodifusão, digital, filme e vídeo, *games*, música e publicações. Principalmente, a partir de iniciativas do Department of Culture Media and Sport (DCMS) do governo britânico, as indústrias criativas têm sido parâmetro para o desenvolvimento de políticas públicas de vários países.

⁷ Um exemplo interessante é o Creative Commons. Esta é uma Organização sem fins lucrativos dedicada a expandir a quantidade de trabalho criativo, para que outros possam legalmente partilhar e criar trabalhos com base noutros.

Também em uma linha de pesquisa sobre cultura e desenvolvimento, convém destacar as interfaces entre a economia da cultura, o turismo e o planejamento urbano ou regional. O ponto de encontro entre o turismo e a economia da cultura está em que o grau de atratividade dos destinos em muito reside em suas diferenças e especificidades culturais. O sucesso de destinos como a França e a Espanha reforçam esta perspectiva. Além disso, direta ou indiretamente essa interface acaba incentivando a preservação e revitalização de centros históricos e culturais.

O turismo cultural é identificado como uma categoria com grandes possibilidades de favorecer o desenvolvimento socioeconômico local. Sob esta perspectiva, a revitalização urbana se aplicaria às cidades capazes de atrair e desenvolver as atividades culturais e pessoas criativas. Estas seriam chamadas de cidades criativas, capazes de abrigar alguns dos segmentos econômicos mais dinâmicos do capitalismo contemporâneo (FLORIDA, 2002).

Os fenômenos supracitados têm sido importantes desafios para a Ciência Econômica, demandando estudos mais específicos relacionando economia e cultura. Procurando responder as diversas questões que envolvem esses e outros fenômenos, a pesquisa sobre as relações entre a cultura e a economia tem crescido nos últimos anos.

A economia da cultura ou economia cultural é um ramo da Ciência Econômica que estuda os efeitos de toda atividade econômica ligada a uma manifestação artística e criativa de uma sociedade (PORSSE, 2005). A partir desse conceito, incluem-se todas as atividades relacionadas a sentimento, memória, folclore, ficção, ou seja, um conjunto diversificado de bens e serviços que vai desde um livro, a exibição de um filme em uma sala de cinema ou na televisão por assinatura, até moda.

A economia da cultura constitui-se em um instrumental analítico para resolver questões prementes ligadas aos efeitos econômicos da atividade cultural. Desta forma, esta é uma disciplina que vem se consolidando constituindo como um campo fértil tanto para pesquisa teórica como para verificação empírica (PRIETO, 2002).

A atenção dos economistas para análise da cultura e a dimensão dos efeitos econômicos é bastante recente. Entretanto, atualmente, a economia da cultura como campo de trabalho particular dentro da Ciência Econômica está registrando um progressivo reconhecimento institucional e acadêmico, fundamentalmente devido a três fatores (PRIETO, 2002):

- As atividades relacionadas com a cultura são uma fonte importante de geração de emprego e renda.

- A cultura pela condição de bem público se constitui uma atividade que, por excelência, é objeto de intervenção pública. Além disso, cada vez mais, o fator cultural é reconhecido como um elemento de identidade nacional.
- Por fim, no plano teórico, a cultura é um terreno excelente de aplicação dos “novos progressos” da ciência econômica principalmente nas áreas da economia da informação, da inovação, institucional e do conhecimento.

3. Antecedentes ao Estudo da Economia da Cultura

Os fenômenos culturais inicialmente foram observados por vários economistas, porém de forma pontual, como resultado de iniciativas pessoais. Embora possuíssem um caráter esporádico, estudos na área da Ciência Econômica, em formação, contribuíram para futuras e importantes análises sobre as artes e a cultura.

A intangibilidade da cultura e o forte viés positivista das ciências, inclusive à econômica, impediram uma sistematização inicial dos estudos relacionados ao complexo campo das manifestações culturais. No final do século XVIII, a economia passa a ser reconhecida como uma disciplina do pensamento e o contexto de uma Revolução Industrial fizeram com que as análises econômicas priorizassem os grandes impactos da industrialização na sociedade.

Mesmo assim, matrizes culturais como as artes já despertaram a atenção dos preconizadores da ciência econômica. Os Economistas Clássicos⁸, Adam Smith e David Ricardo partiram da constatação que as artes produziam um efeito positivo na sociedade. Em *A Riqueza das Nações* (1776), Smith faz o seguinte comentário sobre as representações teatrais: “*elas são sucesso, pois possuem a capacidade de dissipar a melancolia das pessoas*” (EUROMERIDIANA, 2004).

Smith observou o comportamento dos bens artísticos e artistas, embora, considerasse, tais atividades, improdutivas. Em sua teoria sobre os diferentes níveis-salariais entre profissões e países, ele cita as desigualdades nas remunerações dos artistas e a predominância dos baixos salários. Na sua reflexão, Smith levanta duas razões para as "recompensas exorbitantes" dos artistas: a escassez de talentos e o desprezo da opinião pública (RENGERS, 2002).

⁸ Economistas que forneceram a economia o caráter científico integral com a centralização da abordagem teórica na questão do valor, cuja fonte original era identificada no trabalho. Esta linha de pensamento é inaugurada com Adam Smith, com a publicação de *A Riqueza das Nações* em 1776 (SANDRONI, 2005).

Em 1803, outro economista clássico Jean Baptiste Say, divulgador da obra de Smith, porém mais interessado nos assuntos referentes ao talento e desigualdade escreveu:

Quando, além de treinamento caro, é requerido um peculiar talento natural por um ramo particular da indústria, a oferta é condicionada à demanda, e deve ser, por conseguinte melhor remunerado. Uma grande nação provavelmente terá dois ou três artistas capazes de pintar um quadro superior ou esculpir uma bonita estátua; se tal acontecer, então, poucos serão para suprir grande parte da demanda, ainda que grande parte dos lucros retornem em forma de juros ao capital investido na aquisição das obras de arte, mais uma vez o lucro trará um excedente muito grande (SAY, 1803 *apud* RENGERS, 2002).

Jeremy Bentham, criador do utilitarismo⁹, introduziu a premissa que a cultura, costume e tradição não eram pertinentes a análise econômica, pois se tratava de um conjunto de atividades irracionais que interferiam na aplicação da razão pura na maximização da felicidade. Assim, perguntas relativas a gosto e estilo eram irrelevantes à análise econômica. Salienta-se uma forte influência da moral protestante em sua obra e uma consequente preocupação com o valor moral do trabalho. Além disso, constata-se um desprezo referente as formas de consumo conspícuo. Sob esse contexto, o legado de Bentham corroborou para um distanciamento da economia das questões relativas as artes e manifestações culturais. Esta influência provocou um atraso da contribuição econômica sobre o complexo objeto da cultura e das artes (CHARTRAND, 1990).

Marx teorizou sobre o trabalho produtivo e improdutivo e replicou a distinção de Smith uma vez que, considerou as atividades culturais como produtivas na medida em que elas enriquecem as pessoas que exploram as atividades dos trabalhadores assalariados que as praticam (MARX, 1997 *apud* SALADRIGUES; SOLÉ, 2003).

Marshall, um dos principais expoentes da escola neoclássica ou marginalista, realizou uma revisão no cálculo da felicidade de Bentham incluindo o contexto cultural e histórico no comportamento econômico (CHARTRAND, 1990 *apud* BLAUG, 1968: 305).¹⁰ Na obra *Princípios de Economia*, Marshall foi o primeiro a utilizar exemplos de atividades culturais, divergindo dos modelos hegemônicos (SALADRIGUES; SOLÉ, 2003). Analisando o consumo da música, ele realizou a seguinte reflexão:

Enquanto no consumo do produto industrial, a satisfação dos indivíduos tende a diminuir a partir de um certo nível de consumo, caracterizando uma utilidade marginal decrescente; No consumo da música o princípio é invertido, quanto mais escutada, mais ela é apreciada.

⁹ Doutrina ética segundo a qual o bem se identifica com o útil. Embora a expressão seja encontrada na Grécia antiga é com Jeremy Bentham que se firma como um sistema filosófico. Para ele toda felicidade está na obtenção do útil, ou seja, na aproximação máxima do prazer e afastamento da dor (SANDRONI, 2005).

¹⁰ Os seguidores da escola neoclássica definem o valor dos bens a partir de um fator subjetivo – a utilidade, isto é, sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas, rompendo com a teoria clássica, do valor-trabalho (SANDRONI, 2005)..

Então, para a música e, em geral, para os bons serviços culturais, é válido o princípio da utilidade marginal crescente (EUROMERIDIANA, 2004).

No início do século XX, o economista e amante das artes John Maynard Keynes (1883-1946) apoiou a intervenção pública no fomento das atividades artísticas. Observou as precárias condições de vida dos trabalhadores da classe artística. Desta forma ele impulsionou um movimento em defesa das artes e sua importância para sociedade que culminou na criação do Conselho de Artes da Grã-Bretanha (SALADRIGUES; SOLÉ, 2003). Em 1994 esse conselho foi dividido para formar o Conselho de Artes da Inglaterra, Conselho de Artes escocês e o Conselho de Artes de Galês.

Neste contexto verifica-se que embora pontuais e genéricas, as contribuições dos economistas clássicos e marginalistas foram importantes, pois, proporcionaram bases analíticas para futuras e marcantes reflexões sobre a complexa relação entre cultura e economia.

4. Economia da Cultura: marco analítico e evolução recente

Durante as primeiras décadas do século XX, o estudo da economia da cultura se restringia aos campos da literatura, das artes visuais e performáticas. A análise se preocupava apenas na formação dos preços das obras de arte e ao financiamento público e privado (mecenato) da “alta cultura”. Enquanto, as chamadas indústrias culturais eram tratadas como simples ramos da atividade industrial em geral (ALMEIDA, 2005).

Após a Segunda Guerra Mundial, o crescente interesse britânico pelo mundo das artes influencia os EUA e em 1957 a Fundação Ford inaugura um programa para as artes, que em apenas dez anos se torna um dos principais agentes financeiros de orquestras sinfônicas, companhias de líricas e de balé. Em 1961 é fundado o conselho de artes de Nova York e no ano de 1965 nasce a dotação nacional para as artes que era um primeiro órgão em esfera nacional destinado às artes, Além disso, no mesmo período, os irmãos *Rockefeller* fundam o *Twentieth Century Fund* que começa a estudar o setor dos espetáculos de representação viva (EUROMERIDIANA, 2004).

O marco histórico do pensamento econômico no campo da cultura acontece em 1966 com William Baumol e William Bowen através da publicação de *Performing Arts: the Economic Dilemma*. A obra foi o primeiro trabalho sistematizado sobre a economia da cultura que teve como objeto, as artes de representações vivas, ou seja, espetáculos ao vivo (balé, concertos e teatro). Nesse cenário, eles constataram a seguinte

particularidade: a tendência para o aumento incontrolável dos custos de produção nessas atividades, custos estes raramente cobertos ou que foi denominado de “doenças dos custos” (EUROMERIDIANA, 2004).

Desta maneira, eles verificaram que o setor cultural, normalmente intensivo de trabalho, diferia da maior parte dos setores econômicos, pois este não era sensível aos ganhos de produtividades tecnológicos, conseqüentemente os custos relativos se mantinham elevados. Concomitantemente, verificaram que os salários dos artistas e técnicos tendiam a estagnação e não acompanhavam os níveis de remuneração dos demais setores. Instaurado o dilema, a única solução apontada era que parte dos custos dos espetáculos fosse assumida pelo Estado ou fomentadores por uma questão de viabilidade econômica (FLORISSI; VALIATI 2005).

A análise de Baumol e Bowen e suas conclusões iniciais estimularam debates acadêmicos que engendraram novas investigações sobre a relação entre cultura e economia. As novas reflexões devem auxiliar na compreensão das diferentes lógicas da economia cultural, pois além da utilidade marginal crescente a maioria dos bons serviços culturais, é dotada por um inconstante gozo coletivo e competem entre si, ou seja, não se pode interferir na escolha do consumidor de ir ao teatro ou à ópera.

Em 1977 aparece a primeira revista especializada sobre a temática o *Journal of Cultural Economics*, que atualmente é referência para a nova fronteira do pensamento econômico (SALADRIGUES; SOLÉ, 2003). Outros marcos internacionais foram a realização, em 1979, da primeira Conferência Internacional de Pesquisa sobre Economia da Cultura e o surgimento de associações internacionais de pesquisadores tais como a *Association for Cultural Economics International* (ACEI) e a *Fédération européenne des associations pour l'économie de la culture* (FEDAEC), ambas criadas em 1993 (ALMEIDA, 2005).

Em termos de contribuições recentes, pode ser citado o trabalho de Gary Becker (1979) que efetua uma abordagem microeconômica sobre a relação positiva entre o acúmulo de capital humano e o aumento da renda dos indivíduos. Desta forma, sendo a educação um dos componentes desse capital ela influencia a demanda por bens culturais (FLORISSI; VALIATI 2005).

Becker, adotando como referência a obra de Baumol e Bowen, constata que ao fornecer um subsídio ao setor cultural, o Estado reduz os preços para os consumidores e faz uma política de inclusão, pois, permite o acesso aos espetáculos a uma parte da população que estaria excluída desse mercado. Associado a isso, outra característica dos

subsídios é que eles aumentam a oferta de bens culturais reduzindo a escassez no setor (FLORISSI; VALIATI 2005).

Neste contexto, se evidencia a cultura como um bem semi-público, uma vez que, possui características de bens privados e de bens públicos. Conceitualmente esse bem possui um consumo/uso indivisível (não rival), pois quando usufruído por um indivíduo não impossibilita o consumo dos demais, e também é dotado do princípio da não-exclusão uma vez que é impossível impedir que um indivíduo se beneficie do bem. Esse princípio descarta a solução de mercado para o bem cultural. Outra característica importante são as externalidades¹¹, ou seja, efeitos indiretos positivos ou negativos proporcionados por atividades econômicas e que não são incorporados às decisões de mercado. Sob este aspecto justifica-se o papel do Estado no fomento das positivas e no combate as negativas (FLORISSI; VALIATI 2005).

Uma outra discussão importante sobre a natureza dos bens relacionados a cultura é feita por Throsby (2001). Este analisa além da valoração econômica dos bens culturais, a questão da valoração cultural. Esta é responsável por preservar valores, símbolos e crenças existentes na sociedade. Também existe uma abordagem relativa ao consumo futuro que semelhante à teoria do capital humano, nota que o incremento no nível de educação aumenta o consumo de bens culturais (FLORISSI; VALIATI 2005).

Além dos avanços supra citados do comportamento econômico sobre macro objeto “culturas”, novas análises ratificam a importância e necessidade crescente de descobertas, embora existam inúmeras dificuldades, como a carência de dados. O fenômeno da imbricação entre cultura e economia se faz presente numa sociedade eminentemente de serviços e repleta de intangibilidade. Nesta, as tradições, símbolos, costumes, subjetividade e criatividade são constantemente valorados e gram valores, não estritamente econômicos, que necessitam ser compreendidos.

5. Abordagens Teóricas da Relação entre Economia e Cultura

Conforme discutido, a Economia, como disciplina científica, pode contribuir para uma compreensão mais profunda da cultura e dos fenômenos culturais, ao introduzir uma perspectiva pouco utilizada pelos estudiosos da cultura. A economia da cultura surge como uma sub-disciplina que tenta utilizar os paradigmas teóricos da Ciência Econômica para compreender melhor os desafios da cultura (STOLOVICH, 2004).

¹¹ Benefícios ou prejuízos auferidos por agentes que estão à margem da atividade produtiva desenvolvida (SANDORNI, 2005).

A análise econômica da produção e circulação de bem e serviços culturais, levanta um conjunto de questões básicas (CONSEJO NACIONAL DE LA CULTURA Y LAS ARTES DE CHILE, 2003):

- Os bens culturais são mercadorias como outra qualquer?
- Qual o papel das políticas públicas para as atividades econômicas culturais?
- A circulação de bens deve incorporar mecanismos de transação comuns ao mercado tais como informe publicitário, criação da necessidade de consumo, diversidade de oferta através dos usos múltiplos de um mesmo bem, aporte simbólico adequado e preços flexíveis segundo o comportamento das forças do mercado?
- Quais são as atividades que devem compor o Produto Interno Bruto Cultural e qual a sua magnitude econômica?
- No comércio internacional, os produtos culturais devem ser tratados de forma especial?
- Quais os impactos das mudanças estruturais no capitalismo atual sobre a lógica da produção cultural?

As perguntas acima reafirmam a necessidade de uma revisão da teoria econômica, assim como das alternativas que esta oferece para incorporar a análise da circulação de bens e serviços culturais no campo da reflexão econômica (CONSEJO NACIONAL DE LA CULTURA Y LAS ARTES DE CHILE, 2003).

Chartrand observa um debate entre Economias culturais e Economias da cultura. A primeira, mais heterodoxa, assume um comportamento econômico que varia de acordo com o contexto cultural e possui Kenneth Boulding como seu precursor (BOULDING 1972, 1973, 1985, 1986 *apud* CHARTRAND, 1990). A segunda, de visão mais ortodoxa e de abordagem microeconômica, pode ser definida como o estudo da distribuição de recursos escassos dentro do setor cultural. Esta enfatiza os argumentos positivos da economia utilizando o instrumental matemático (BAUMOL, BOWEN, 1966; BAUMOL, 1977, 1984, 1987; BAUMOL, 1984 *apud* CHARTRAND, 1990).

Os economistas culturais têm dado um outro olhar para os diferentes tipos de valores econômicos e não econômicos da arte e cultura identificados

metodologicamente com a Economia Política¹². Estes estudiosos têm investigado como as mudanças nos conglomerados de indústrias culturais influenciam no conteúdo e/ou na diversidade cultural. Um conjunto de estudos recentes tem trabalhado em uma teoria que auxilie no entendimento de como as mudanças econômicas poderiam influenciar como arte e cultura são produzidas e experimentadas no dia a dia. (CONSEJO NACIONAL DE LA CULTURA Y LAS ARTES DE CHILE, 2003)

Desta maneira, a compreensão da dinâmica econômica dos bens que circulam na sociedade pode ser abordada também de uma perspectiva que considere a influência das diferenças culturais no pensamento e comportamento econômico. Assim, assume-se que o comportamento econômico varia de acordo com o contexto cultural (CONSEJO NACIONAL DE LA CULTURA Y LAS ARTES DE CHILE, 2003).

A economia da cultura utiliza as ferramentas próprias da escola neoclássica sobre as atividades artísticas e culturais enquanto reconhece que estas são objeto de produção, intercâmbio, consumo e bem-estar. Neste sentido, a acepção de cultura com que trabalha, é comumente mais restrita e, em geral, se concentra na comercialização de produtos culturais, ou seja, a natureza dos mercados culturais. (CONSEJO NACIONAL DE LA CULTURA Y LAS ARTES DE CHILE, 2003).

Os pensadores da economia da cultura são menos interessados em estudar modelos dinâmicos (como o mercado e a organização da arte e atividade cultural mudam com as condições econômicas) do que a compreensão dos modelos em equilíbrio (como os mercados culturais funcionam em um determinado período e lugar). Eles estão interessados em aplicar os modelos neoclássicos para questões como os preços que são determinados e entendem a que os mercados de bens culturais são perfeitamente competitivos.

Essa corrente teórica estuda as seguintes questões: A arte é um bem público? Por que o mercado de trabalho artístico de um lado produz “superstars” enquanto existem muitos artistas desempregados? Qual a extensão do dilema da produtividade nos espetáculos culturais? Como as atrações culturais produzem impactos através do turismo e quais são os seus efeitos multiplicadores? O que determina o preço do trabalho artístico e como os leilões de arte funcionam? Como o desempenho dos investimentos em arte pode ser comparado com outro tipo de investimento? Quais são os determinantes das despesas de consumo relacionadas ao entretenimento e cultura?

¹² Estuda as relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens, definindo as leis que regem tais relações. Procura também analisar o caráter das leis econômicas, sua especificidade, sua natureza e suas relações mútuas. (SANDRONI, 2005).

(TEPPER, 2002). Em resumo, são questões (geralmente difíceis de responder) basicamente empíricas.

O debate central, entre os economistas que estudam a cultura, é se esta pode ser tratada como uma atividade econômica como outra qualquer, haja vista lidar com valores simbólicos e com a formação de identidade dos indivíduos e dos povos. Herscovici (2003) discute que os estudos relacionando economia e cultura devem ser interdisciplinares. O autor argumenta que é importante evitar o formalismo matemático dos economistas neoclássicos e a análise implementada tem que ser interdisciplinar, para utilizar as contribuições da Sociologia, a História e as Ciências da Comunicação. Ele alerta, contanto, que é preciso incorporar, numa matriz específica, as problemáticas julgadas relevantes. Isto ressalta, ao mesmo tempo, a necessidade e os limites da interdisciplinaridade.

6. Considerações Finais

Este texto objetiva contribuir para o debate a respeito do fenômeno da imbricação entre cultura e economia na contemporaneidade, ao apresentar uma introdução sistemática à Economia da Cultura. Apesar da Economia da Cultura se debruçar sobre algumas das agendas de pesquisa mais relevantes da atualidade, trata-se de um campo ainda formação, com menos de meio século de existência.

Coloca-se como grande desafio para a Economia da Cultura a compreensão do papel e da importância dos ativos intangíveis, o principal motor de suas atividades e certamente seu principal produto e benefício gerado à sociedade. Na verdade, numa sociedade em que a criatividade e a inovação são atributos tão almejados, estudar em maior profundidade os ativos intangíveis passa a ser uma obrigação prioritária da Ciência Econômica. Progressos neste sentido parecem depender de uma mudança de método, cabendo a Economia da Cultura desenvolver uma abordagem multidisciplinar, atenta e respaldada em contribuições existentes em campos como o da filosofia, sociologia, antropologia, psicologia, direito, comunicação e administração.

7. Referências

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. “A Indústria Cultural: o Esclarecimento como Mistificação das Massas”, In ADORNO/HORKHEIMER, **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALMEIDA, P. H. **Programa da Disciplina Economia da Cultura**. Salvador: UFBA- Programa multidisciplinar de pós-graduação em cultura e sociedade. 2005. Não publicado.

BENTLEY, Tom. **Europe in the Creative Age: Knowledge and Skills for the new economy**. Demos Publish. London, February 2004;

CHARTRAND, Harry Hillman. **The Hard Facts**: Perspectives of Cultural Economics Transactions of the Royal Society of Canada 1989, Fifth Series, Volume IV, University of Toronto Press 1990. Disponível em <http://www.culturaeconomics.atfreeweb.com>

COCCO, Giuseppe; NEGRI, Antonio. O monstro e o poeta. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 03 Mar.2006.

CONSEJO NACIONAL DE LA CULTURA Y LAS ARTES DE CHILE. **Impacto de la cultura en la economía chilena: participación de algunas actividades culturales en el PIB y evaluación de las fuentes estadísticas disponibles** / Consejo Nacional de la Cultura y las Artes de Chile, Universidad ARCIS. Bogotá : Convenio Andrés Bello, 2003,100 p. (Colección Economía y Cultura).

CULTURA representa 10% do PIB, diz Gilberto Gil. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 20 jan 2005. Disponível em www.cbl.org.br/news.php.

DCMS. **Creative industries Mapping document**, HMSO, London, 2001.

FLORIDA, Richard. **The Rise of the Creative Class: And How Its Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life**, New York: Basic Books, 2002.

FLORISSI, Stefano; VALIATI, Leandro. A problemática da captação: relação entre os incentivos fiscais e a gestão dos recursos públicos na decisão privada da inversão cultural. Porto Alegre. In: **Anais**, VIII ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL - ANPEC SUL 2005. Disponível em <http://www.anpec.org.br/sul/2005>. > Acesso em: 19 jan. 2006.

HEILBRUN, James et GRAY, Charles M.. **The economics of art and culture**: an american perspective. Cap. 11, "Should the Government Subsidize the Arts?" e Cap. 14. HERSCOVICI, Alain. A Economia Política da Informação, da Cultura e da Comunicação: questões metodológicas e epistemológicas. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información** y Vol.V, n.3, Sep./Dic. 2003. **Comunicación**. Disponível no site www.eptic.com.br, Acesso em: 5 fev . 2006.

L'economia della cultura, Cosa accomuna una mostra d'arte, uno spettacolo teatrale e un concerto? Il complesso intreccio tra arte ed economia, dai classici a oggi, 6 **EUROMERIDIANA** - 2° quadrimestre 2004

- MATTA, João Paulo Rodrigues. **Análise Competitiva da Indústria Cinematográfica Brasileira no Mercado Interno de Salas de Exibição, de 1994 a 2003**. 2004. 296 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- MORAES, Denis de. A Lógica da Mídia no Sistema de Poder Mundial. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. vol. VI, n. 2, p. 16-36, mai-ago. 2004. Disponível em <<http://www.eptic.com.br/ADenis.pdf>>. Acesso em 11 mar. 2006.
- PIMENTA, Ângela; SECCO, Alexandre. A próxima atração: como a indústria do entretenimento está mudando o jeito de trabalhar dos demais segmentos empresariais. **EXAME**. São Paulo, Ano 39, n. 4, mar 2005.
- PRIETO, Luis César Herrero.: economía de la cultura en España : Una disciplina incipiente. Asturia. In: **RAE: Revista Asturiana de Economía**. Nº. 23, 2002, pp. 147-175.
- PORSSE, Alexandre Alves. CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA RS, Economia em dia. Cultura e seus efeitos econômicos. Disponível <http://www.coreconrs.org.br/eco0605.pdf>. Acesso em 9 jan. 2006.
- RENGERS, Merijn; **Economic Lives of Artists** : Studies into Careers and the Labour Market in the Cultural Sector Economic Lives of Artists : Studies into Careers and the Labour Market in the Cultural Sector / - [S.l.] : [s.n.], 2002 - Tekst. - Proefschrift Universiteit Utrecht, Disponível em <http://www.library.uu.nl/digiarchief/dip/diss/2002-0729-094948/inhoud.htm>. Acesso em 1 fev. 2006.
- SALADRIGUES, Ramon e SOLÉ; **El Pensament economic en l'àmbit de la cultura**, Universidade de Lleida, Nota d'economia 76-77. 2n i 3r trimestres 2003.
- SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005
- STOLOVICH, Luis. ¿Están las dinámicas económicas de las industrias culturales posibilitando la diversidad? Montevideo, Convenio Andrés Bello. In: **Anais do II SEMINARIO DE ECONOMÍA Y CULTURA**, 2004. Disponível em <http://www.cab.int.co/cab42/index.php?option=com>. Acesso em 16 fev. 2006.
- TEPPER, S.J. Creative Assets and the Changing Economy, **Journal of Arts Management, Law & Society** 32(2): 159-168, 2002. Disponível em <http://www.princeton.edu/~artspol/workpap21.html>. Acesso em 11 jan. 2006.
- THROSBY, David. **Economics and Culture**, Cambridge University press, 2001.